



COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000

v.21, n.1, p.97-112, jan.-jun. 2026

Entre vulnerabilidades e extremismos: o autismo na encruzilhada entre desinformação, trauma social e radicalização online

Entre vulnerabilidades y extremismos: autismo en la encrucijada de la desinformación, el trauma social y la radicalización en línea

Between vulnerabilities and extremisms: autism at the crossroads of disinformation, social trauma, and online radicalization

Krystal URBANO

Doutora em Comunicação (PPGCOM/UFF)

E-mail: krystalcortez@id.uff.br

RESUMO

Este artigo analisa, de forma crítica e interdisciplinar, a conexão entre autismo e extremismo online, rejeitando interpretações deterministas que vinculam a neurodivergência à violência. Propõe que a radicalização não nasce de traços clínicos, mas da combinação de exclusão estrutural, trauma social e falhas institucionais de reconhecimento. Com base na teoria do reconhecimento, em estudos críticos sobre deficiência e nas epistemologias da desinformação, o texto entende a radicalização como um processo relacional e afetivo, influenciado por ecossistemas digitais. Argumenta que a desinformação funciona como um ecossistema narrativo que regula o pertencimento e a construção da identidade autista. Ao deslocar o foco do debate das explicações biomédicas para as dimensões sociopolíticas e comunicacionais, o artigo busca promover a despatologização da neurodivergência. Defende que combater o extremismo exige a reconstrução de redes de reconhecimento e de justiça.

Palavras-chave: *Autismo; desinformação; radicalização; reconhecimento; extremismo online.*

RESUMEN

Este artículo analiza críticamente e interdisciplinariamente la conexión entre el autismo y el extremismo en línea, rechazando las interpretaciones deterministas que vinculan la neurodivergencia con la violencia. Propone que la radicalización no se deriva de rasgos clínicos, sino de una combinación de exclusión estructural, trauma social y fallas institucionales en el reconocimiento. Basado en la teoría del reconocimiento, en estudios críticos sobre discapacidad y en epistemologías de la desinformación, el texto entiende la radicalización como un proceso relacional y afectivo, influido por los ecosistemas digitales. Argumenta que la desinformación funciona como un ecosistema narrativo que regula la pertenencia y la construcción de la identidad. Al desplazar el enfoque del debate de las explicaciones biomédicas hacia las dimensiones sociopolíticas y comunicacionales, el artículo promueve la despatologización de la neurodivergencia. Argumenta que combatir el extremismo digital requiere reconstruir las redes de reconocimiento y la justicia afectiva.

Palabras clave: *autismo; desinformación; radicalización; reconocimiento; extremismo en línea.*

ABSTRACT

This article critically and interdisciplinarily analyzes the connection between autism and online extremism, rejecting deterministic interpretations that link neurodivergence to violence. It proposes that radicalization does not stem from clinical traits, but from a combination of structural exclusion, social trauma, and institutional failures of recognition. Drawing on recognition theory, critical disability studies, and epistemologies of misinformation, the text understands radicalization as a relational and affective process shaped by digital ecosystems. It examines the phenomenon of 'weaponized autism' as a discursive instrumentalization of autistic identity in extremist groups, which offer forms of inverted recognition, transforming stigma into symbolic capital. It argues that misinformation functions as a narrative ecosystem that regulates belonging and identity construction. By shifting the debate's focus from biomedical explanations to sociopolitical and communicational dimensions, the article promotes the depathologization of neurodivergence. He argues that combating digital extremism requires rebuilding networks of recognition and affective justice.

Keywords: *Autism; disinformation; radicalization; recognition; online extremism.*

Introdução

Em sociedades atravessadas por regimes intensificados de visibilidade digital, a diferença não apenas é exposta: ela é continuamente interpretada, hierarquizada e politizada. O autismo, nesse contexto, tornou-se objeto de disputas simbólicas que excedem o campo biomédico e se inscrevem nas arenas morais e comunicacionais da contemporaneidade. A neurodivergência passa a ser mobilizada ora como signo de déficit e vulnerabilidade, ora como emblema de racionalidade superior e de pureza epistêmica (Autor, 2025). Essa oscilação revela menos sobre o autismo em si e mais sobre os regimes de normalidade que delimitam as fronteiras do reconhecimento social.

A construção cultural do Transtorno do Espectro Autista (TEA) como desvio em relação a uma norma comunicativa e emocional dominante, conforme argumenta McGuire (2016), consolidou um imaginário no qual a diferença equivale à inadequação. O autismo foi historicamente situado na zona da correção, da intervenção e do gerenciamento institucional, convertendo-se em uma categoria atravessada por práticas de normalização. No entanto, nos ecossistemas digitais contemporâneos, essa mesma categoria pode ser reinscrita em narrativas que valorizam a suposta frieza emocional, a literalidade e o hiperfoco como atributos desejáveis em contextos de antagonismo político (Autor, 2025).

Em determinados ambientes digitais, traços associados à neurodivergência são ressignificados como virtudes estratégicas, integradas a discursos que opõem lógica e emoção, ordem e decadência, pureza e corrupção. Trata-se de uma apropriação discursiva que desloca o autismo do campo da vulnerabilidade para o da instrumentalização política. Nesse contexto, o que Gheorghe e Clement (2024) denominam *'weaponized autism'* designa um dos mecanismos pelos quais a identidade autista é convertida em recurso retórico e afetivo em comunidades digitais organizadas em torno da exclusão e do extremismo.

Essa ambivalência não pode ser compreendida por meio de explicações clínicas isoladas. A presença do autismo em narrativas extremistas digitais não decorre de predisposições cognitivas intrínsecas, mas de processos sociopolíticos que articulam exclusão, reconhecimento e pertencimento (Autor, 2025). A radicalização, nesse sentido, deve ser situada nas infraestruturas comunicacionais que organizam visibilidade, produzem hierarquias morais e oferecem enquadramentos simplificados para experiências de sofrimento.

Diante desse cenário, o artigo desloca a pergunta central. Em vez de questionar se o autismo predispõe à radicalização — formulação que reforça estigmas e reinscreve o problema na esfera biomédica — indaga-se: que condições sociais, comunicacionais e institucionais tornam determinados sujeitos autistas mais vulneráveis à captura por comunidades digitais extremistas? Como experiências de exclusão, invisibilização e falhas de reconhecimento podem ser mobilizadas por ecossistemas narrativos que oferecem pertencimento e explicações simplistas para o sofrimento?

Em consonância com Wijekoon et al. (2024), parte-se da premissa de que a eventual adesão de sujeitos autistas a comunidades extremistas deve ser compreendida como um fenômeno relacional e contextual. A radicalização não é concebida como um evento abrupto ou como resultado de fragilidade cognitiva, mas como um processo gradual que emerge da interseção entre precariedade institucional, experiências reiteradas de desrespeito e a circulação de narrativas desinformativas capazes de organizar afetos e identidades.

O objetivo deste artigo é examinar como a interseção entre falhas estruturais de reconhecimento e ecossistemas de desinformação cria condições para a oferta de reconhecimento invertido em comunidades digitais extremistas. Ao articular a teoria do reconhecimento (Honneth, 2003; Fraser, 2009), os estudos críticos da deficiência (McGuire, 2016; Bumiller, 2005) e as epistemologias da desinformação (Recuero, 2024; Oliveira, 2020; Wardle & Derakhshan, 2018), propõe-se compreender a radicalização como dinâmica afetiva e comunicacional, inscrita em arquiteturas digitais que organizam a visibilidade e o pertencimento.

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-analítica, baseada em uma revisão bibliográfica crítica e interdisciplinar da produção recente sobre radicalização neurodivergente, reconhecimento social e circulação de desinformação nas plataformas digitais. Não se busca estabelecer causalidades clínicas nem produzir generalizações sobre sujeitos autistas, mas sim analisar os dispositivos simbólicos que estruturam processos de captura identitária em ambientes polarizados.

Ao deslocar o debate das explicações biomédicas para as dimensões sociopolíticas e comunicacionais, este trabalho busca contribuir para a despatologização da neurodivergência e para a construção de uma abordagem crítica às intersecções entre exclusão, ressentimento e extremismo digital. O problema não reside na diferença neurocognitiva em si, mas nos regimes de reconhecimento que a tornam vulnerável à instrumentalização de grupos por meio de narrativas extremistas e de discurso de ódio.

O texto organiza-se em quatro eixos analíticos: (1) a construção simbólica do autismo e sua performatização em ambientes digitais extremistas; (2) a precariedade das redes de reconhecimento social, afetivo e institucional; (3) o ressentimento como afeto político estruturante; e (4) a desinformação como ecossistema narrativo e identitário.

A construção simbólica do autismo e sua performatização em ambientes digitais extremistas

O autismo, ao longo do tempo, foi construído simbolicamente como um marcador de desvio em relação a uma norma comunicativa, emocional e cognitiva. Essa construção não é neutra. Como destaca McGuire (2016), o autismo se tornou alvo de um “projeto cultural de normalização”, no qual ser diferente é, por definição, ser deficitário. Essa lógica transforma o sujeito autista em uma figura a ser corrigida, silenciada ou gerenciada. A violência não se manifesta apenas na exclusão direta, mas também no modo como o autismo é nomeado e representado. Bumiller (2005) reforça essa crítica ao demonstrar que, com a ascensão de discursos biomédicos, o autismo passou a ser tratado como um problema genético, despolitizando a deficiência e deslocando o debate das esferas sociais e políticas para uma abordagem essencialista.

Essa despolitização tem efeitos práticos. Quando se considera o autismo apenas como uma condição médica, perde-se de vista o papel das estruturas sociais na produção da exclusão. É nesse ponto que os estudos de representação ganham força. Autores como Jones, Gordon e Mizzi (2023) identificam que, apesar de crescente, a presença do autismo na ficção televisiva e cinematográfica ainda é marcada por estereótipos: o “gênio excêntrico”, o “solitário funcional” e o “incapaz eterno”. Tais representações, longe de serem inócuas, moldam a percepção pública sobre o espectro autista (Autor, 2026). Esse tipo de construção simbólica também foi identificado em outras revisões sistemáticas que apontam para a recorrência de representações simplistas e pouco contextualizadas do autismo na ficção televisiva (Dean & Nordahl-Hansen, 2021). Atkinson, Danielson e Rogers (2024) mostram que esses estereótipos se cristalizam em séries populares, alimentando uma visão limitada e, muitas vezes, romantizada do autismo.

A consequência simbólica dessa representação ambígua é a abertura de espaço para sua apropriação discursiva por grupos extremistas. Gheorghe e Clement (2024) demonstram como a figura do autista — moldada pela cultura midiática como “frio, lógico, hiperracional” — é ressignificada nos fóruns da alt-right como símbolo de superioridade racional em oposição à suposta fragilidade emocional atribuída a outros grupos sociais, especialmente mulheres, neurotípicos e progressistas. Essa ressignificação não emerge de uma reivindicação identitária da comunidade autista, mas de um movimento estratégico de apropriação discursiva.

“‘Weaponized autism’ designa a instrumentalização da identidade autista — real ou imaginada — como recurso retórico e afetivo em espaços digitais, operando como metáfora de eficiência cognitiva e de isenção moral. A expressão não reflete uma autoidentificação autista, mas a apropriação dessa categoria por sujeitos neurotípicos que projetam sobre ela ideais de frieza emocional, lógica extrema e pureza epistêmica, frequentemente articulados a discursos misóginos, nacionalistas e tecnocráticos” (Gheorghe & Clement, 2024, p. 897, tradução nossa).

Essa formulação explicita que o fenômeno não corresponde à afirmação da experiência autista como identidade política autônoma, mas à sua conversão em capital simbólico em economias afetivas de antagonismo. O que historicamente foi denominado déficit comunicacional ou diferença cognitiva é reconfigurado como virtude estratégica: a suposta frieza emocional transforma-se em imunidade moral; a lógica extrema converte-se em pureza epistêmica; o isolamento social é reinterpretado como independência heroica diante de uma sociedade percebida como decadente. Trata-se de uma operação que desloca o autismo do campo da vulnerabilidade para o da instrumentalização ideológica.

Nos ambientes digitais, essa lógica se intensifica. Fóruns como 4chan e subreddits extremistas constroem um imaginário coletivo no qual o autismo é performatizado como resistência à empatia, pureza lógica e incapacidade emocional – características tidas como vantajosas para o “guerreiro da guerra cultural”. Trata-se de uma distorção que desloca a neurodivergência para o centro de uma batalha simbólica entre racionalidade e decadência, entre pureza e corrupção. Esse processo retira dos sujeitos autistas a complexidade de suas experiências e os reduz a arquétipos úteis à retórica do ódio.

Contudo, essa apropriação não ocorre no vácuo. Ela se ancora em representações previamente estabelecidas e circula por canais socialmente legitimados – como a mídia, a ciência e as políticas públicas. Como observam Silva e Maia (2025), o campo discursivo sobre o autismo no Brasil também é atravessado por disputas simbólicas entre diferentes atores sociais: familiares, profissionais, militantes, políticos. Essas disputas revelam não apenas

diferentes entendimentos sobre o que é ser autista, mas também diferentes projetos de sociedade.

Portanto, compreender a construção simbólica do autismo exige atenção às formas como ele é representado, apropriado e performatizado, especialmente nos ambientes digitais. Esses espaços não apenas reproduzem estigmas, mas também os reorganizam em novos sistemas de valor, produzindo formas distorcidas de reconhecimento e pertencimento que podem alimentar processos de radicalização. Tal dinâmica está em consonância com abordagens críticas que compreendem o autismo não apenas como diagnóstico clínico, mas também como construção sociopolítica disputada em múltiplas arenas discursivas, inclusive as digitais (Milton & Ryan, 2022). É nesse sentido que a disputa pela narrativa do autismo também se torna uma disputa política.

A precariedade das redes de reconhecimento social, afetivo e institucional

A experiência social de pessoas autistas é marcada por falhas sistemáticas de reconhecimento. A ausência de validação simbólica, afetiva e institucional não apenas compromete sua participação social plena, mas também fragiliza a constituição da subjetividade. A teoria do reconhecimento, desenvolvida por Axel Honneth (2003), propõe que a autoestima e a autorrealização dos sujeitos estão diretamente vinculadas ao reconhecimento mútuo em três esferas: o amor (nas relações primárias), o direito (nas instituições jurídicas) e a solidariedade (no espaço social ampliado). Quando essas dimensões falham, emerge o sentimento de desrespeito, que mina o senso de pertencimento e gera ressentimento.

Nancy Fraser (2009) complementa essa análise ao destacar que o reconhecimento deve ser compreendido em articulação com a redistribuição de recursos. Em sua concepção, formas de opressão cultural – como a invisibilidade ou a inferiorização simbólica – são tão graves quanto as injustiças materiais. Assim, no caso do autismo, não se trata apenas de assegurar acesso a serviços e direitos (embora isso seja urgente), mas também de reconhecer formas específicas de ser e existir como legítimas no espaço público. A ausência de reconhecimento do autismo como identidade plural e complexa gera um silenciamento que contribui para a exclusão social e institucional.

Essa exclusão se manifesta desde o início da vida: diagnósticos tardios, dificuldade de acesso a laudos, escolas despreparadas, serviços de saúde insuficientes, estigmas em espaços familiares e comunitários. Ainda que existam protocolos clínicos para a avaliação e acompanhamento do TEA (Volkmar et al., 2014), sua aplicação encontra barreiras práticas, principalmente em contextos de escassez de recursos e desigualdade no acesso. Como demonstram McGuire (2016) e Wijekoon et al. (2024), essas falhas se acumulam ao longo do tempo, produzindo trajetórias marcadas por solidão, desconfiança institucional e retraimento social. A falta de políticas públicas voltadas ao reconhecimento das necessidades específicas da população neurodivergente contribui para um sentimento generalizado de negligência, sobretudo entre jovens adultos que já não se encaixam em políticas voltadas à infância nem encontram suporte para a vida autônoma.

Além da precariedade dos vínculos institucionais, há uma profunda ausência de espaços de escuta afetiva. Muitos sujeitos autistas relatam não serem levados a sério em suas experiências subjetivas, inclusive por profissionais da saúde, educadores e familiares. A escuta é frequentemente mediada por discursos patologizantes, que interpretam o comportamento autista como falta de empatia, desinteresse social ou “inadequação”, reforçando estigmas e apagando a legitimidade das vivências desses sujeitos. Tal cenário configura-se como uma “falha de reconhecimento estrutural”, nos termos de Fraser (2009), pois não se trata de exceções, mas de um padrão de omissão e deslegitimação sistemática.

Essa desvalorização simbólica abre espaço para que outras formas de reconhecimento, ainda que distorcidas, se tornem atraentes. É nesse ponto que a radicalização pode emergir. Como apontam estudos como os de Wijekoon et al. (2024), fóruns e comunidades online oferecem aos sujeitos autistas uma estrutura discursiva que os reconhece — não como indivíduos em sofrimento, mas como identidades fortes, inteligentes e resistentes à “corrupção” social. Embora esse reconhecimento se dê por meio de narrativas violentas ou autoritárias, preenche uma lacuna emocional e identitária deixada pelas instituições tradicionais.

Silva e Maia (2025), ao analisarem o campo discursivo do autismo no Brasil, mostram que há uma disputa constante entre diferentes atores sociais pela autoridade sobre o tema: familiares, ativistas, parlamentares e profissionais de saúde. Essa disputa não é apenas técnica, mas também simbólica. Ela revela a ausência de um canal institucional claro para ouvir os próprios sujeitos autistas, que frequentemente têm sua agência negada ou mediada. Assim, o

campo do reconhecimento é atravessado por relações de poder que regulam quem pode falar, quem é ouvido e quais discursos são legitimados.

Portanto, pensar a radicalização de sujeitos autistas exige ir além das explicações biomédicas e psicopatológicas. É preciso reconhecer que o terreno fértil para o engajamento em ideologias extremistas é preparado pela falta de escuta, pela invisibilização e pela carência de reconhecimento efetivo. Investir em políticas públicas de escuta, representação e participação ativa da comunidade autista é fundamental para reverter esse cenário. O enfrentamento à radicalização, nesse sentido, passa por um esforço profundo de reconstrução dos vínculos sociais, afetivos e institucionais que sustentam o pertencimento e a dignidade.

O ressentimento como afeto político estruturante na adesão a ideologias de exclusão

O ressentimento tem sido historicamente subestimado como categoria de análise política. Frequentemente confundido com mágoa ou frustração pessoal, ele é, na verdade, um sentimento socialmente estruturado e politicamente potente, especialmente em contextos de exclusão simbólica crônica. Para Axel Honneth (2003), o ressentimento emerge quando a experiência de desrespeito se torna sistemática, reiterada e sem vias legítimas de expressão ou de reparação. No caso de sujeitos autistas, essa exclusão frequentemente se dá de forma silenciosa: são ignorados em suas demandas, infantilizados ou tratados exclusivamente como objetos de cuidado, e não como agentes de sua própria narrativa.

A literatura recente sobre radicalização neurodivergente tem identificado o ressentimento como um afeto político central. O estudo de Wijekoon et al. (2024) mostra que jovens autistas engajados em comunidades extremistas não o fazem apenas por influência ideológica ou por vulnerabilidade cognitiva, mas por uma busca ativa por pertencimento e por escuta — ainda que em espaços marcados pela violência simbólica e discursiva. Esses sujeitos carregam uma memória emocional de rejeição institucional e interpessoal que, não sendo acolhida, é canalizada para espaços que oferecem uma espécie de reconhecimento invertido: ali, a diferença que sempre os excluiu é transformada em superioridade.

Essa dinâmica é explorada em profundidade por Gheorghe e Clement (2024), que descrevem como o ressentimento é convertido em estética política em fóruns extremistas. A figura do autista é ressignificada nesses espaços como “arma lógica”, símbolo de pureza racional, de isolamento virtuoso e de superioridade moral frente à suposta decadência dos afetos, da empatia e da diversidade. A “frieza emocional” atribuída ao autismo é exaltada como resistência à manipulação emocional do mundo moderno. Trata-se de uma inversão retórica: aquilo que fora historicamente marca de estigma torna-se capital simbólico na construção de uma identidade de oposição.

Não se trata de um processo passivo; pelo contrário, o ressentimento é cultivado, elaborado e estetizado nesses ambientes. Fóruns como 4chan e outros espaços online organizam narrativas de exclusão coletiva que constroem um “nós” ressentido e agressivo, estruturado em torno da figura do inimigo: o neurotípico sensível, o feminismo, o progressismo, o sistema educacional. O ressentimento deixa de ser apenas uma reação para se tornar motivação e identidade. É nesse ponto que o risco da radicalização se materializa: quando o sujeito encontra não só acolhimento simbólico, mas também propósito e narrativa.

Essa elaboração do ressentimento como elemento de organização política também é possível pela ausência de espaços institucionais que validem os sentimentos de exclusão experimentados por sujeitos autistas. Como argumenta McGuire (2016), a cultura da normalização não oferece linguagem nem escuta à diferença: exige conformidade ou retira reconhecimento. Nesse cenário, a dor é tratada como disfunção, e não como expressão legítima de uma experiência social de violência simbólica.

Ao contrário do que sugerem discursos patologizantes, a adesão de sujeitos autistas a comunidades extremistas não é mero produto de fragilidade individual. É preciso compreender que há racionalidade e agência nesse movimento — ainda que dentro de marcos distorcidos. O ressentimento não é irracional: é fundado em vivências concretas de silenciamento, de desprezo e de invisibilidade. É por isso que fóruns extremistas, embora danosos, podem ser percebidos como “lugares seguros” por quem nunca se sentiu escutado pelas instituições formais.

Portanto, para enfrentar o engajamento extremista de sujeitos autistas, não basta pensar em estratégias de contenção ou de vigilância digital. É necessário criar espaços legítimos de escuta e pertencimento, onde o ressentimento possa ser elaborado de forma construtiva e não instrumentalizado por retóricas de ódio. Isso implica o reconhecimento do

ressentimento não como patologia, mas como sintoma de falhas estruturais no reconhecimento e na justiça social.

A desinformação como ecossistema narrativo e afetivo

A desinformação sobre o autismo não deve ser compreendida apenas como um conjunto de conteúdos falsos ou enganosos, mas como um ecossistema narrativo altamente sofisticado e organizado que mobiliza afetos, vínculos de confiança e explicações simplistas diante de contextos de sofrimento e incerteza. Como propõe Recuero (2024), a desinformação funciona de modo relacional: circula em redes de pertencimento que validam e reforçam crenças pré-existentes, mesmo quando estas contrariam evidências científicas. No caso do autismo, essa dinâmica se torna ainda mais complexa, pois atua sobre uma condição historicamente marcada pela exclusão, pela invisibilização e pela carência de políticas públicas consistentes.

A fragilidade da escuta institucional e da informação oficial sobre o TEA abriu caminho para que explicações pseudocientíficas ganhassem força. Um dos marcos históricos desse processo foi a disseminação da ideia de que as vacinas causariam autismo — tese fraudulenta, propagada por Andrew Wakefield e amplificada por celebridades e veículos de mídia, especialmente durante a pandemia da Covid-19. Apesar de totalmente desmentida, essa crença continua a circular amplamente, como analisado por Mnookin (2011), devido à sua capacidade de oferecer causalidade simples e um culpado claro para uma condição que, para muitas famílias, permanece envolta em incertezas. Como destaca Oliveira (2020), a permanência dessas crenças também está relacionada à crise epistêmica contemporânea, na qual teorias da conspiração se espalham com facilidade nas plataformas digitais diante da desconfiança em relação à ciência institucional. Além disso, estudos apontam que desinformações como essa impactaram diretamente políticas públicas relacionadas ao autismo, dificultando a formulação de estratégias baseadas em evidências (Keenan & Dillenburger, 2018).

Estudos recentes realizados na América Latina mostram que essa matriz conspiratória e desinformativa se atualiza constantemente. Silva et al. (2025), ao investigar comunidades no Telegram, identificaram mais de 300 conteúdos desinformativos sobre o

autismo, classificados em supostas causas e curas. O volume e a intensidade dessas publicações revelam não apenas a força da desinformação, mas também sua função emocional: oferecer conforto, sentido e esperança em contextos de vulnerabilidade. Trata-se de um verdadeiro “mercado do desespero”, em que influenciadores, curandeiros e ativistas desinformados se apresentam como alternativas ao fracasso do Estado em garantir cuidado, diagnóstico e apoio contínuo.

Essa ecologia desinformativa é potencializada por mecanismos cognitivos e culturais que favorecem a adesão a teorias conspiratórias. Andrade (2020) argumenta que a crença em conspirações médicas baseia-se em padrões universais de cognição, como a tendência à simplificação causal, a busca por controle diante da incerteza e a desconfiança institucional. No caso do autismo, esses fatores se combinam à sobrecarga emocional de familiares e à ausência de espaços públicos qualificados de escuta, criando o terreno ideal para que narrativas enganosas não apenas sejam aceitas, mas defendidas com veemência.

A desinformação, portanto, não deve ser vista como erro ou ignorância, mas como uma narrativa funcional. Ela organiza o mundo, dá sentido à dor e oferece pertencimento simbólico — ainda que a um custo elevado. É nesse ponto que sua articulação com o extremismo se revela mais evidente. Como mostram Gheorghe e Clement (2024), fóruns de incels, canais de extrema-direita e grupos conspiratórios se apropriam do imaginário sobre o autismo para construir identidades coletivas estruturadas pela lógica da exclusão. A figura do “autista lógico e frio” é glorificada como símbolo de resistência à decadência cultural e à fragilidade emocional do “outro” — a mulher, o neurotípico, o progressista.

Essa operação simbólica transforma o autismo em capital discursivo nas comunidades extremistas. O sujeito autista é interpelado como guerreiro simbólico, dotado de razão pura, insensibilidade estratégica e capacidade de foco — qualidades transformadas em armas para um projeto de pureza ideológica. A desinformação, nesse contexto, não apenas explica o mundo: ela o organiza politicamente. É uma tecnologia de identidade e uma ferramenta de radicalização.

Frente a esse cenário, combater a desinformação requer mais do que corrigir fatos ou remover conteúdos. É necessário disputar sentidos, oferecer explicações mais complexas, construir canais legítimos de escuta e promover políticas comunicacionais inclusivas. Trata-se de reconhecer que a verdade factual, por si só, não é suficiente para romper com sistemas narrativos que oferecem sentido, acolhimento e pertencimento. O enfrentamento à

desinformação é, portanto, também uma disputa por imaginação simbólica e por justiça afetiva.

Considerações finais

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que a associação entre autismo e extremismo não pode ser interpretada a partir de explicações clínicas ou deterministas. A radicalização deve ser situada em ecossistemas digitais que organizam pertencimentos, afetos e identidades por meio de lógicas algorítmicas e de economias simbólicas específicas. Nesses ambientes, experiências estruturais de exclusão autista não desaparecem: são reconfiguradas.

A teoria do reconhecimento evidenciou que a ausência reiterada de validação afetiva, jurídica e social produz experiências de desrespeito que atravessam a constituição subjetiva. Quando tais experiências não encontram canais institucionais de elaboração, podem ser capturadas por comunidades que oferecem pertencimento simbólico imediato. Fóruns extremistas online operam como espaços de reconhecimento invertido: transformam a dor do silenciamento em identidade combativa e convertem marginalização em capital político.

É nesse contexto que se insere o fenômeno do *'weaponized autism'*. A apropriação discursiva do autismo por comunidades extremistas instrumentaliza uma identidade historicamente estigmatizada e a reinscreve como emblema de superioridade racional e de pureza estratégica. O que fora socialmente nomeado como déficit torna-se virtude em uma economia afetiva de antagonismo. Essa operação não elimina o estigma; apenas o rearticula em uma chave autoritária.

Simultaneamente, a desinformação atua como um ecossistema narrativo que organiza o sentido e reforça identidades coletivas. Mais do que conteúdos falsos, trata-se de infraestruturas comunicacionais que produzem vínculos e oferecem explicações simplificadas para experiências complexas. A convergência entre reconhecimento invertido, ressentimento e ecologias desinformativas cria condições nas quais a captura identitária se torna emocionalmente eficaz.

O enfrentamento do extremismo digital envolvendo sujeitos autistas não pode ser conduzido pela via da patologização ou da suspeita em relação à neurodivergência, pois tais estratégias reiteram as falhas de reconhecimento que alimentam o ciclo de exclusão. O

desafio reside na construção de espaços legítimos de pertencimento e de validação simbólica capazes de disputar as formas distorcidas de reconhecimento oferecidas pelas comunidades extremistas.

Ao situar o autismo na interseção entre desinformação e extremismo online, este artigo propõe compreender a radicalização como fenômeno sociopolítico mediado por infraestruturas digitais e economias afetivas, e não como expressão de características clínicas. O problema não é a neurodivergência, mas sim os regimes de reconhecimento que a tornam vulnerável à instrumentalização autoritária. Enfrentá-lo implica ampliar as condições democráticas de escuta, representação e participação em ambientes digitais marcados pela polarização e pela captura simbólica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. **Medical conspiracy theories: cognitive science and implications for ethics.** *Medicine, Health Care and Philosophy*, v. 23, p. 505–518, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11019-020-09951-6>.

ATKINSON, V. S.; DANIELSON, E.; ROGERS, O. **Stereotypes on the small screen: applying a media rating tool to portrayals of autism in television series 2010–2019.** *Disability Studies Quarterly*, v. 43, n. 4, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18061/dsq.v43i4.8258>.

BUMILLER, K. **Quirky citizens: autism and the anti-normalization of politics.** Manuscrito apresentado na American Political Science Association. Amherst College, 2005.

DEAN, M.; NORDAHL-HANSEN, A. **A review of research studying film and television representations of ASD.** *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 9, p. 470–479, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40489-021-00273-8>.

FRASER, N. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado.** *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 77, p. 11–39, 2009.

GHEORGHE, R. M.; CLEMENT, D. Y. **Weaponized autism: making sense of violent internalized ableism in online incel communities.** *Deviant Behavior*, v. 45, n. 6, p. 896–910, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639625.2023.2268253>.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

JONES, S. C.; GORDON, C. S.; MIZZI, S. **Representation of autism in fictional media: a systematic review of media content and its impact on viewer knowledge and understanding of autism.** *Autism*, v. 27, n. 8, p. 2205–2217, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13623613231155770>.

KEENAN, M.; DILLENBURGER, K. **How “fake news” affects autism policy.** *Societies*, v. 8, n. 2, art. 29, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/soc8020029>.

MCGUIRE, A. **War on autism: on the cultural logic of normative violence.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.

MILTON, D.; RYAN, S. (org.). **The Routledge international handbook of critical autism studies.** London: Routledge, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003056577>.

MNOOKIN, S. **The panic virus: a true story of medicine, science, and fear.** New York: Simon & Schuster, 2011.

OLIVEIRA, T. **Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais.** *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 34–50, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.03>.

RECUERO, R. **A rede da desinformação: sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2024.

SAMPAIO, R. C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. **Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom, 2024.

SILVA, E. C. M. et al. **Disinformation about autism in Latin America and the Caribbean: mapping 150 false causes and 150 false cures of ASD in conspiracy theory communities on Telegram.** arXiv, 2025. Preprint. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2504.01991>.

SILVA, F. G. A.; MAIA, R. C. M. **Quando a representação política é também uma luta por reconhecimento: aproximações teóricas a partir do contexto do autismo no Brasil.** Trabalho apresentado no 34º Encontro Anual da Compós, Curitiba, PR, Universidade Federal do Paraná, 2025.

SILVA, H. M. **The complex intersection between autism, prejudice and the LGBTQIA+ movement: an analysis of an excerpt from the series “The Good Doctor”.** *Journal of Homosexuality*, v. 72, n. 14, p. 2923–2928, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00918369.2025.2460974>.

VOLKMAR, F. R. et al. (org.). **Handbook of autism and pervasive developmental disorders: assessment, interventions, and policy**. 4. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2014.

WIJEKOON, S. et al. **Neurodivergence and the rabbit hole of extremism: uncovering lived experience**. *Autism in Adulthood*, v. 0, n. 0, p. 1–10, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/aut.2023.0192>.

BIOGRAFIA DO AUTOR

KRYSTAL URBANO

Pesquisadora de pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense com bolsa da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFF). Líder do Grupo de Pesquisa em Mídia e Cultura Asiática Contemporânea (MidiÁsia/UFF). <https://orcid.org/0000-0002-0918-8383>

E-mail: krystalcortez@id.uff.br